



## O PAPEL DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA PAZ NO FUTEBOL<sup>1</sup>

Felipe Tavares Paes Lopes<sup>2</sup>

Marcelo Fadori Soares Palhares<sup>3</sup>

**RESUMO:** A violência no futebol é um grave problema social e os meios de comunicação têm alimentado esse problema, abordando-o de forma simplista e sensacionalista. Diante disto, neste trabalho, discutimos novas possibilidades de abordagem de tal violência. Mais exatamente, buscamos responder a seguinte questão: em que medida e como os referidos meios podem contribuir para a construção da convivência pacífica entre os torcedores e entre eles e os outros atores envolvidos com o espetáculo futebolístico? Para responder a essa pergunta, apoiamos-nos na obra de Johan Galtung. O texto foi organizado em duas partes: num primeiro momento, discutimos a noção de paz do referido autor, enfocando a sua noção de paz cultural. Num segundo momento, tomando como base a discussão realizada na parte anterior, indicamos em que medida e como a cobertura dos meios de comunicação pode ser culturalmente pacífica, contribuindo para a transformação criativa e pacífica dos conflitos existentes no universo do futebol

**PALAVRAS-CHAVE:** *Paz. Futebol. Meios de Comunicação. Cultura. Conflitos.*

---

<sup>1</sup> Esta é uma versão atualizada do trabalho que foi apresentado ao Grupo de Trabalho Mídias e Práticas Socioculturais do IX Encontro de Pesquisadores em Comunicação e Cultura, realizado pelo PPG em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba, em parceria com o PPGCom da ECA/USP, na Universidade de Sorocaba – Uniso – Sorocaba, SP, nos dias 26 e 27 de outubro de 2015.

<sup>2</sup> Docente do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba. Doutor em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo e fez pós-doutorado na Universidade Estadual de Campinas. E-mail: lopesftp@gmail.com.

<sup>3</sup> Mestre em Ciências da Motricidade pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. E-mail: marcelofsp@hotmail.com

**ABSTRACT:** Violence on football games is a serious social problem and media have fueled this problem in a simplistic and sensationalistic way. Thus, in this work, we discussed new possibilities of approaching football violence. Rather, we seek to answer the following question: to what extent and how media can contribute to peaceful coexistence among football fans and between them and other actors involved in football spectacle? To answer this question, we chose Johan Galtung's theory. The text was organized in two parts: at first, we discussed the notion of peace developed by Galtung, focusing on his notion of cultural peace. Secondly, based on the discussion acquired in the previous part, we indicated to what extent and how media can be culturally peaceful, contributing to the creative and peaceful transformation of conflicts in football universe

**KEYWORDS:** *Peace. Football. Media. Culture. Conflicts.*

## Introdução

Os meios de comunicação de massa são os grandes narradores das sociedades contemporâneas e, em particular, do espetáculo futebolístico (Alabarces, 2012). No entanto, diferentemente do que afirmam os arautos da objetividade jornalística, suas narrativas não devem ser entendidas como sendo a mera tradução das realidades dessas sociedades e desse espetáculo específico. Elas são muito mais do que isso, uma vez que ajudam a criar essas realidades. Mais exatamente, elas constituem um instrumento ativo na produção de uma série de fenômenos – tais como os confrontos violentos envolvendo torcedores de futebol. Confrontos que existem em diversas partes do mundo e que existem desde os primeiros desenvolvimentos do futebol nas escolas públicas e universidades inglesas (Dunning, 2014) – o que não quer dizer, todavia, que eles não apresentem especificidades socioculturais em cada região do planeta e não tenham mudado quantitativa e qualitativamente ao longo dos anos.

Para ilustrar essas mudanças, tomemos o contexto alemão: ao analisá-lo, Hubert Dwetmann e Bero Rigauer (2002) indicam que, nos anos 1950, observavam-se, com frequência, atos de violência física nos festivais religiosos, nas feiras, nos casamentos, nos *pubs* e, principalmente, nas partidas de futebol. Brigas antes dos jogos, espectadores intervindo no andamento das partidas e dirigentes atacando os árbitros eram cenas corriqueiras. Nos anos 1960, esse comportamento começou a mudar e, nos anos 1970, a violência física no futebol estava relativamente controlada. O público em geral apresentava um comportamento ordeiro, que foi se desenvolvendo paralelamente à rápida modernização das cidades alemãs – em

especial, os vilarejos. No entanto, nesse mesmo período, começaram a surgir grupos específicos de torcedores cujos membros eram preparados para a briga: os *hooligans*. Com isto, de acordo com os autores, os confrontos violentos no futebol alemão fortaleceram-se qualitativamente, ao mesmo tempo em que se limitaram quantitativamente aos referidos grupos.

Foi também na década de 1970 que ocorreu uma mudança no discurso público sobre esses confrontos. Neste período, a imprensa alemã passou a produzir, de forma maciça, matérias que os reprovavam. Essa mudança discursiva serviu para lhes dar maior visibilidade e para legitimar uma série de medidas repressivas. Conforme observam Dwetmann e Rigauer (2002), na referida década, vivia-se um clima repressivo e as desordens dos torcedores passaram a ser vistas como um comportamento desviante. Este é um dado importante, pois, frequentemente, acredita-se que a entrada de uma questão na agenda pública e na pauta das ações políticas é o resultado direto de sua extensão e gravidade. No entanto, existe uma infinidade de fenômenos com efeitos devastadores para uma parte expressiva da população que não entra nem nessa agenda e nem nessa pauta (Rosemberg; Andrade, 2007).

Além do mais, as próprias noções de extensão e gravidade são problemáticas, já que não constituem indicadores objetivos. Afinal, o que é grave e extenso para uns pode, simplesmente, não ser para outros. Sigamos com o exemplo da Alemanha: apesar de não configurarem como tema central nas matérias jornalísticas na década de 1950, as brigas entre torcedores de futebol já eram recorrentes nos estádios naquele período, conforme já foi antecipado. Portanto, o silêncio em relação a essas brigas não deve ser atribuído a sua inexistência, mas, de acordo com Dwetmann e Rigauer (2002), ao alto nível de aceitação pública da violência física naqueles anos.

A entrada dos confrontos violentos no espetáculo futebolístico na agenda dos meios de comunicação ajudou a moldar o próprio fenômeno. O caso britânico é ilustrativo. No final da década de 1950, com a chamada “crise moral” que afetava os jovens da classe trabalhadora, a imprensa ampliou a cobertura das desordens e brigas entre torcedores. A partir da Copa do Mundo da Inglaterra de 1966, essas desordens e brigas notabilizaram-se como conteúdo noticioso. Neste período, os jornais ingleses começaram a enviar repórteres aos estádios para relatar não apenas o que ocorria dentro do campo de jogo, mas, principalmente, fora dele. Com isto, amplificaram-se, significativamente, os registros de tumultos e brigas. Esta amplificação, aliada à abordagem sensacionalista dada pela imprensa à questão, reforçou a ideia de que os estádios eram lugares inseguros, o que acabou atraindo para eles mais torcedores violentos, estimulando e moldando o fenômeno do hooliganismo (Dunning; Murphy; Willians, 1993; Willians; Murphy; Dunning, 1994).

De acordo com Heloisa Helena Baldy dos Reis e Thiago Escher (2006), há indicativos de que fenômeno semelhante ocorra no Brasil. Diante disto, em trabalhos anteriores, analisamos como os meios de comunicação abordam o problema da violência no futebol brasileiro. Afinal, essa abordagem participa da definição e demarcação de tal problema – o que, por conseguinte, tem consequências concretas sobre a maneira pela qual se pretende remediá-lo e solucioná-lo. Entre outras coisas, concluímos que essa abordagem, muitas vezes, reveste os estádios de futebol com a imagem da barbárie e do perigo. Estes teriam se transformados em “campos de batalha”, “praças de guerra”, “*fronts*”. Os principais responsáveis por essa transformação seriam os torcedores organizados – identificados, muitas vezes, em termos de ações animais e/ou patológicas. Eles seriam “terríveis excrescências”, o “lado podre”, a “doença do futebol”, ou seja, seriam corpos estranhos que deveriam ser extraídos do corpo social. Como diria Xavier Giró (2007), esse tipo de abordagem jornalística baseia-se no binômio repressão/violência, alimentando, ainda mais, a intolerância.

Diante disto, neste artigo, optamos por discutir novas possibilidades de abordagem do problema. Mais exatamente, optamos por discutir em que medida e como os meios de comunicação podem contribuir para a construção da convivência pacífica entre os torcedores de futebol e entre eles e os outros atores envolvidos com o espetáculo futebolístico, tais como a polícia. Trata-se, portanto, de uma discussão de caráter normativo. Discussão que se justifica não apenas pela importância desses meios na referida construção, mas porque ela aborda um tema ainda muito pouco explorado pela literatura científica.

No Brasil, o futebol passou a ser estudado de forma mais sistematizada na década de 1980. Todavia, foi somente na segunda metade dos anos noventa que o campo científico começou a se debruçar sobre a violência no futebol, após a ocorrência de alguns trágicos episódios, que tiveram ampla repercussão nos meios de comunicação. Entre eles, a chamada “Batalha Campal do Pacaembu”, quando integrantes de torcidas organizadas do Palmeiras e do São Paulo invadiram o campo de jogo e se enfrentaram violentamente com paus, pedras e outros artefatos, resultando num total de 102 feridos e um morto. Desde então, muito se tem falado, escrito e debatido sobre a violência entre as torcidas. Hoje em dia, é possível afirmar que já há um importante corpo de pesquisas acadêmicas sobre o tema (Toledo, 1996; Pimenta, 1997; Santos, 2004; Teixeira, 2004; Reis, 2006; Murad, 2007; Hollanda, 2009; Canale, 2012; Lopes, 2012; 2013a; 2013b; Palhares, 2014). Apesar dessa produção, ainda persiste um enorme silêncio em relação ao “outro lado da moeda”: a paz no futebol.

De acordo com Maximiliano Martín Vicente (2015), o campo de estudos sobre Comunicação e Paz também é incipiente, ainda que sua importância social venha crescendo com

força expressiva, dada a centralidade dos meios de comunicação nas sociedades contemporâneas. Ao analisar as revisões de literatura sobre paz, o autor identifica três grandes etapas históricas: a primeira, de 1930 a 1959, reflete a preocupação com as consequências das guerras mundiais e, conseqüentemente, concebe a paz como ausência de guerra. A segunda, de 1959 a 1990, entende que a paz implica, também, transformações capazes de minimizar as desigualdades sociais. E a terceira e última, de 1990 até os dias de hoje, incorpora a noção de cultura de paz como alternativa à violência cultural.

Assim como a comunicação é capaz de incitar o ódio, disseminando estereótipos e preconceitos, ela também pode fazer crescer a capacidade de convivência entre as pessoas. Conforme observa Jacques A. Wainberg (2005: 149), é a fé na capacidade de jornalistas facilitarem o diálogo intercultural e, conseqüentemente, transformarem pacificamente conflitos violentos, o que explica diversas iniciativas de comunicação para a paz em lugares como Israel, Palestina, Irlanda do Norte e África do Sul, bem como “[...] em nações que vivem o dilema de promover a tolerância entre grupos humanos e sociais dentro de suas próprias fronteiras.” Compartilhando dessa fé, acreditamos que a palavra pode contribuir com a criação de uma atmosfera de tolerância no futebol, facilitando o estabelecimento de acordos que assegurem a convivência pacífica entre torcedores rivais. Por esta razão, consideramos fundamental o desenvolvimento de pesquisas que abordem o papel dos meios de comunicação na construção dessa convivência.

### **Paz no futebol**

De acordo com Paulo Sérgio Pinheiro e Guilherme Assis de Almeida (2003), nas pesquisas sobre violência no Brasil, há um amplo consenso de que, a partir de meados dos anos 1970, houve uma mudança no padrão de criminalidade urbana – principalmente, nos grandes centros urbanos. Essa mudança refletiu-se, por exemplo, no aumento dos números de roubos, furtos e homicídios. Nos anos 1980, ela expandiu-se e consolidou-se devido à generalização do tráfico de drogas e à utilização, por parte de organizações criminosas, de armamento de grande poder de destruição. Para agravar a situação, apesar de o país ter se redemocratizado, a herança autoritária da ditadura civil-militar (de 1964 a 1985) perpetuou-se no aparelho do Estado. Fazendo um paralelo com as análises de Pablo Alabarces (2012: 35, tradução nossa) sobre o contexto argentino, pode-se afirmar que a atmosfera de terror da ditadura brasileira rompeu o contrato moderno “[...] por meio do qual a única violência legítima é a do Estado, que deveria utilizá-la racional e democraticamente.” Neste contexto, não é surpreendente que as práticas

antidemocráticas do Estado brasileiro tenha se prolongado até os dias de hoje na violência policial, amplificada no contexto do futebol.

Tampouco surpreende que, ao longo dos anos 1970, a violência no futebol brasileiro tenha ganhado uma dimensão mais militarizada (Murad, 2007). Violência que, diferentemente do que habitualmente é dito, não constitui um fenômeno novo. Estudos em perspectiva histórica (Hollanda, 2009) mostram, por exemplo, que, já no começo do século XX, os torcedores dos times da zona sul carioca causavam transtornos quando se deslocavam para assistir a partidas nos subúrbios da cidade. Contudo, ao longo dos anos, as circunstâncias, os atores e as armas utilizadas nos confrontos entre torcidas foram mudando e agravando a situação. Tanto é que, entre 1999 e 2008, o Brasil foi o campeão mundial no número de mortes de torcedores, se compararmos com o chamado “primeiro-mundo” do futebol. No período, Mauricio Murad (2013) contabilizou 42 mortes, ou seja, uma média de 4,2 por ano – ultrapassando a Itália e a Argentina, que estavam à frente do país no início do decênio investigado. Diante desses números, torna-se cada vez mais dramático o imobilismo das autoridades públicas, que poderiam contribuir para reduzir os níveis de violência dentro e fora dos estádios por meio da elaboração e implementação de projetos inovadores, que difundissem valores e práticas que ajudassem na promoção da paz.

Esta, todavia, não deve ser entendida como o resultado final de uma série de ações de humanização das práticas cotidianas, mas como um processo de busca permanente. Tampouco deve ser entendida como mera ausência de conflitos sociais. Estes são inerentes a qualquer agrupamento humano e podem, inclusive, ser benéficos para a sociedade, na medida em que podem promover a transformação social, minando relações de dominação. Neste sentido, acreditamos que o problema não são os conflitos no futebol em si mesmos, mas os caminhos violentos que eles podem seguir.

Para nos auxiliar nesta reflexão, recorreremos à obra de Johan Galtung, um dos mais influentes estudiosos da paz. Galtung é um sociólogo de origem norueguesa, reconhecido mundialmente pela excelência e vastidão de sua produção intelectual – que deu origem ao campo de estudos denominado *Peace Studies*. Em seu clássico artigo *Violence, Peace and Peace Research*, o autor (1969/1985) vincula as noções de paz e violência, compreendendo a primeira como sendo a ausência da segunda, ou seja, a paz seria a negação ou a redução de todo tipo de violência. Assim, seguindo suas análises, para que possamos conceituar paz, devemos, primeiramente, definir o que é violência. De acordo com ele (1985: 31), esta última pode ser definida como sendo “a causa da diferença entre o potencial e o efetivo, entre aquilo que

poderia ter sido e aquilo que realmente é. A violência é aquilo que aumenta a distancia entre o potencial e o efetivo, e aquilo que cria obstáculo para o decrescimento desta distância”.

Seu exemplo é ilustrativo:

uma esperança de vida de trinta anos, no período neolítico, não era uma expressão de violência; porém a mesma esperança de vida na atualidade (devido às guerras, à injustiça social, ou a ambas as coisas) deveria entender-se, segundo nossa definição, como violência. Assim, o nível potencial de realização é aquele que é possível com um nível dado de conhecimentos e recursos. Se o conhecimento e/ou os recursos estão monopolizados por um grupo ou uma classe, ou se são utilizados para outros propósitos, então o nível efetivo cai por debaixo do nível potencial, e existe violência no sistema (Galtung, 1985: 31-32, tradução nossa).

Não é nosso objetivo nos aprofundarmos aqui nas dificuldades analíticas ensejadas por essa definição, mas apenas indicar que ela possui a vantagem de evitar uma tendência, prevalente na literatura acadêmica e também no senso-comum, de reduzir a violência à apenas uma de suas formas: a pessoal e física. Conforme observa Galtung (1985; 1990), se reduzirmos o fenômeno da violência somente a essa única forma, corremos o risco de aceitar que práticas sociais inaceitáveis, apesar de tudo, poderiam ser compatíveis com a paz. Assim, pensando especificamente no contexto do futebol, não deveríamos perder de vista que, além dos confrontos físicos e armados entre torcedores e entre eles a polícia, há outras formas de violência, tais como: racismo, homofobia, corrupção, estádios em condições precárias e falta de democracia nos processos decisórios acerca dos rumos do esporte. De acordo com Galtung (1985; 1990), jogar luz nesse caráter plural da violência é fundamental, uma vez que devemos buscar um cenário de “paz positiva”, que envolva a redução conjunta de todas as formas de violência, como a estrutural.

Esta última pode ser compreendida como uma violência indireta presente na injustiça social, que “está edificada dentro da estrutura, e se manifesta como um poder desigual, e conseqüentemente como oportunidades de vida distintas” (Galtung, 1985: 36, tradução nossa). Embora possa ser tão ou mais nociva do que a violência pessoal, ela tende a ser mais silenciosa e menos visível, podendo parecer tão natural quanto o ar que respiramos. Afinal, como escreve Galtung (1985: 43, tradução nossa), “o objeto da violência pessoal percebe usualmente a violência, e pode queixar-se; porém o objeto da violência estrutural pode ser persuadido para não vê-la em absoluto”.

No contexto do futebol, a violência estrutural se expressa através de diversos fenômenos – como o da elitização do espetáculo futebolístico. Fenômeno que segue o

princípio neoliberal da supremacia da economia sobre todas as outras atividades humanas (Vicente, 2015) e que tem contribuído para a exclusão das classes populares dos estádios – e, conseqüentemente, de um importante espaço de socialização, lazer e formação de identidade. Tal elitização é estabelecida e sustentada por uma política abusiva de precificação dos ingressos. A título de exemplo: segundo pesquisa realizada pela Pluri Consultoria, publicada no site da Universidade do Futebol ([www.universidadedofutebol.com.br](http://www.universidadedofutebol.com.br)), o preço médio dos ingressos mais baratos praticados pelos clubes que disputaram a Série A do Campeonato Brasileiro de 2012 subiu 300% em relação aos 10 anos anteriores – sendo que, no mesmo período, a inflação foi de 73%, a cesta básica subiu 84% e o salário mínimo aumentou 183%.

Em estudo recente, Marcelo Fadori Soares Palhares (2014) indicou a indignação dos torcedores organizados em relação à política supramencionada. Entre outros termos por esses torcedores utilizados para descrevê-la, destacam-se: “abuso”, “exploração” e “falta de respeito”. Na visão de um desses torcedores: “você pagar um ingresso 80, 100 reais, é uma violência no futebol e ninguém fala nada.”. Conforme disseram vários entrevistados, o alto preço dos ingressos afasta muitas pessoas dos estádios, que, cada vez mais, teriam uma atmosfera “fria” e “pasteurizada”. Nas suas palavras: a elitização do futebol “faz com que o estádio pareça um teatro”, “o estádio perde a graça”, “o estádio fica sem vida”. Não à toa, na perspectiva de Richard Giulianotti (2002), essa política de precificação dos ingressos é, ao mesmo tempo, produtora e o produto da gradual transformação da experiência de torcer em uma experiência similar àquela vivenciada em espaços sociais tipicamente burgueses – como as casas de ópera.

Para realizar tal transformação, as autoridades públicas e do futebol impuseram uma série de restrições à festa nas arquibancadas (em São Paulo, não entram bandeiras com mastro, por exemplo) e mudaram, significativamente, o desenho arquitetônico dos estádios – que possuem, cada vez mais, áreas exclusivas e, portanto, excludentes. Hoje em dia, os setores populares (se é que um ingresso que pode custar até R\$ 80,00 pode ser chamado de “popular”) ocupam apenas uma pequena parte da maior parte dos estádios brasileiros. Com isto, os dirigentes esportivos buscam atrair um público mais endinheirado, que possa aumentar a arrecadação dos clubes e que esteja “[...] mais preocupado com o aplauso e com a fruição estética das jogadas de efeito do que com a



emulação da vitória, quesito gerador, como se supõe, de rixas e dissensões” (Hollanda, 2014: 344).

Essa transformação da experiência de torcer, todavia, não tem sido realizada sem que haja resistência – em especial, por parte das torcidas organizadas. Estas constituem as principais vozes contrárias à elitização do espetáculo futebolístico, realizando, há anos, protestos, dentro e fora dos estádios, contra o aumento abusivo dos ingressos e a favor da manutenção de uma tradição popular de torcer – que inclui, entre outras coisas, bandeiras, instrumentos musicais, faixas, cantos, gritos de guerra, pirotecnia, papel picado, mosaicos e coreografias. Desta maneira, devido à sua luta contra a violência estrutural, as torcidas organizadas tornaram-se um importante contraponto à atual estrutura e organização do futebol brasileiro (Palhares, 2014).

A violência estrutural também se expressa através da exclusão de diversos atores das decisões acerca dos rumos do futebol profissional. A manutenção de um circuito fechado de pessoas, grupos e instituições nas instâncias decisórias do futebol brasileiro faz com que essas decisões atendam aos interesses dos grupos dominantes e passem por cima de importantes demandas sociais. Por exemplo: por conta da grade de programação da detentora dos direitos de transmissão televisiva, a Rede Globo, muitos dos jogos do meio da semana terminam quase à meia noite, quando o transporte público é escasso e mais inseguro. Em uma série de entrevistas com torcedores organizados, Palhares (2014) observou que muitos deles reclamam por não poder ir ao estádio – ou por ter de ir embora com a partida em andamento – devido à preocupação com a volta para casa. De acordo com Marcos Alvito (2014), isto acaba sendo um problema para a polícia, que, ao final do jogo, tem de lidar com milhares de torcedores irritados com a situação.

Uma vez que a exclusão supramencionada pode ser considerada uma forma de violência estrutural, o trabalho pela paz no futebol não pode perder de vista a necessidade de buscar a reestruturação da organização do futebol profissional, de tal modo que os diversos atores nele envolvidos possam expor suas opiniões e participar das deliberações sobre os rumos do esporte – com direito à voz, voto e veto. Concretamente, isto implica, por exemplo, incluir os representantes de torcidas nas comissões destinadas a elaborar e acompanhar políticas públicas para o espetáculo

esportivo, tal como a Comissão Nacional de Prevenção da Violência e Segurança nos Espectáculos Esportivos (CONSEGUE), dos ministérios do Esporte e da Justiça.

Em produções mais recentes, Galtung (1996/2003) propôs uma segunda definição de paz, compatível com a anterior, mas um pouco mais dinâmica. Nesta nova definição, a paz passou a ser concebida como a transformação criativa e não violenta de conflitos. E foram os novos conflitos mundiais, decorrentes da queda do muro de Berlim, em novembro de 1989, que fizeram o autor refletir sobre um tipo de violência que, até então, ele não havia abordado: a violência cultural. Violência que se refere ao “âmbito simbólico da nossa existência (materializado na religião e ideologia, língua e arte, ciências empíricas e ciências formais – lógica, matemáticas –), que são utilizados para justificar e legitimar a violência, seja ela pessoal ou estrutural” (Galtung, 2003: 261).

No futebol, a violência cultural se expressa, dentre outras formas, através da legitimação do aumento do preço dos ingressos por meio de cadeias de raciocínio que buscam fazer crer que esse aumento é justo e digno de apoio. A título de exemplo: com frequência, assistiu-se a gestores argumentando que os estádios se transformaram em “arenas modernas”, “seguras” e “confortáveis”, o que justificaria um aumento substancial no preço dos ingressos. Outro tipo de violência cultural muito presente no universo do futebol é o preconceito contra os integrantes de torcidas organizadas. Estes são, constantemente, descritos através de estereótipos negativos, tais como: “vândalos”, “vagabundos” e “baderneiros”. Estereótipos que acabam legitimando a repressão contra eles (Palhares, 2014).

Conforme argumenta Felipe Tavares Paes Lopes (2013b), embora importantíssima, a noção de violência cultural elaborada por Galtung é demasiadamente restrita, uma vez que não é necessário que as formas simbólicas legitimem a violência pessoal ou estrutural para estabelecê-las ou sustentá-las. Assim, o autor sustenta que a referida noção deveria ser expandida, pois ela pode operar de outros modos: através da unificação, fragmentação, dissimulação, reificação etc. A título de exemplo: o preconceito contra homossexuais, infelizmente, é muito recorrente no universo do futebol. Tanto é que jogadores homossexuais não se assumem como tais em função do medo da reação dos colegas e da torcida. Todavia, raramente, esse preconceito é

representado como legítimo, uma vez que as pessoas têm certa consciência das restrições sociais e, até certo ponto, compartilham e reconhecem essas restrições (Van Dijk, 2008).

Assim, se fizermos uma enquete, provavelmente, apenas uma minoria dos torcedores afirmará abertamente que sente aversão ou ódio à outra pessoa pelo simples fato de ela ser homossexual. No entanto, basta lermos a crônica esportiva ou irmos a um estádio para vermos como o referido preconceito está enraizado – tanto é que muitas provocações possuem uma clara conotação sexual. Por exemplo: com frequência, escuta-se a torcida local provocando o goleiro visitante no momento em que ele repõe a bola em jogo gritando “biiiiiiiiicha”. O argumento é quase sempre o mesmo: trata-se apenas de uma “brincadeira”, de algo que faz parte do “folclore do futebol”, de uma “simples piada”, que todos devem dar risada e não levar realmente a sério.

Diante dessa limitação analítica, decidimos reformular a noção de violência cultural para “o sentido a serviço da violência” – seja ela pessoal, seja ela estrutural. Inversamente, definimos paz cultural como sendo aqueles aspectos da cultura que estabelecem e sustentam a paz – seja ela pessoal, seja ela estrutural (Lopes, 2013b). Tomando como base essa última definição, buscamos discutir, no tópico subsequente, em que medida e como a abordagem dos meios de comunicação dos conflitos envolvendo torcedores de futebol pode ser culturalmente pacífica, contribuindo para a construção da paz – pessoal e estrutural – no espetáculo futebolístico.

## **PAPEL DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO**

De acordo com Gadi Wolfsfeld (2004), o jornalismo tradicional exige rapidez, drama e emotividade em seus relatos. Isto se deve porque a maior parte das decisões dentro do campo jornalístico é tomada em função da concorrência. É preciso estar sempre um passo à frente do veículo concorrente, a fim de conquistar a audiência. Por isto, o trabalho do jornalista consiste, basicamente, em ir atrás de um “furo”. Do extraordinário. Do sensacional. Conseqüentemente, apela-se, com frequência, para a dramatização da notícia. Afinal, é preciso pôr em cena imagens que consigam chocar o público. Como diria Pierre Bourdieu (1997: 27): “a visão cotidiana de um subúrbio, em sua monotonia e seus tons cinzentos, não diz nada a ninguém, não interessa a ninguém, e aos jornalistas menos ainda”. É preciso, portanto, mostrar acontecimentos

percebidos como excepcionais e exagerar sua importância. Para tanto, eles devem ser apresentados por meio de palavras extraordinárias. Afinal, “com palavras comuns, não se ‘faz cair o queixo do burguês’, nem do ‘povo’” (Bourdieu, 1997: 26).

Evidentemente, esta busca encarnçada dos jornalistas pela audiência possui alguns efeitos: em primeiro lugar, acaba-se passando por cima daqueles problemas cotidianos que não possuem tanto apelo, condenando-lhes à invisibilidade social. Por exemplo: no cenário futebolístico, o preço (abusivo) dos ingressos e os horários (tardios) de algumas partidas do meio de semana raramente ganham as páginas dos jornais. Por outro lado, brigas nas arquibancadas, ainda que sem grandes consequências, costumam ter ampla repercussão midiática. Conforme já antecipamos, a violência pessoal costuma ter mais destaque do que a estrutural. Isto faz com que ela tenha mais chances de entrar para a pauta das decisões políticas e, conseqüentemente, de mobilizar as instituições governamentais para solucioná-la. Prova disto é que as políticas públicas para o espetáculo futebolístico enfocam, quase que exclusivamente, os confrontos violentos entre torcedores, ignorando os outros conflitos existentes nesse espetáculo (Lopes, 2013a). Diante disto, acreditamos que um jornalismo orientado para a paz cultural não pode deixar de abordar esses outros conflitos e seus efeitos “invisíveis” – tais como a exclusão social.

A busca encarnçada pela audiência também faz com que haja uma pressão da urgência. Conforme já foi antecipado, a concorrência entre os veículos de comunicação assume a forma de uma concorrência pelo furo, para ser o primeiro. Assim, os jornalistas exercem uns sobre os outros uma intensa pressão de mostrar aquilo que ainda não foi mostrado. Neste contexto, é preciso agir com velocidade acelerada. Ocorre que, como observa Bourdieu (1997) ao comentar Platão, não se consegue pensar na urgência. Há um elo entre pensamento e tempo, que não pode ser rompido. Não se filosofa em um piscar de olhos. No entanto, como já sugerimos, as imagens televisivas e as fotos jornalísticas requerem explicação imediata. Por esta razão, os veículos de comunicação recorrem, muitas vezes, à figura dos *fast-thinkers*, pensadores que pensam mais rápido do que sua própria sombra. Pensadores que estão sempre disponíveis para a mídia e pensam por meio de ideias feitas.

As “ideias feitas” de que fala Flaubert são ideias aceitas por todo mundo, banais, convencionais, comuns; mas são também ideias que, quando as aceitamos, já estão aceitas, de sorte que o problema da recepção não se coloca. [...] Ao contrário, o pensamento é, por definição, subversivo: deve começar a desmontar “ideias feitas” e deve em seguida demonstrar. Quando Descartes fala em demonstração, ele fala de longas cadeias de razões. Isso

leva tempo; é preciso desenvolver uma série de proposições encadeadas por “portanto”, “em consequência”, “dito isto”, “estando entendido que..”. Ora, esse desdobramento do pensamento *pensante* está intrinsecamente ligado ao tempo (Bourdieu, 1997: 40, grifo do autor).

No tempo acelerado dos meios de comunicação, há pouco espaço para debates mais aprofundados sobre as diversas razões para a formação dos conflitos sociais. Ao analisar a cobertura midiática dos confrontos violentos no futebol argentino, Alabarces (2012: 102, tradução nossa) é taxativo: “os meios não oferecem, em suma, explicações. Se limitam a montar listas de adjetivos e coleções de anedotas”. As próprias perguntas feitas pelos jornalistas tendem a simplificar demasiadamente os conflitos no futebol e gerar respostas insatisfatórias. Por exemplo: em diversas entrevistas e participações no rádio e na televisão, perguntaram para nós – autores do presente estudo – sobre qual seria o melhor caminho para solucionar a violência entre as torcidas organizadas de futebol: a prevenção ou a repressão. Além dessas possibilidades não serem, obviamente, excludentes, o problema não se reduz, de maneira alguma, a essas torcidas. Pelo contrário, envolve, também, a polícia, os dirigentes esportivos, as autoridades públicas e a própria imprensa.

Mas se, por um lado, deve-se ter consciência de que as diversas pressões exercidas sobre os jornalistas no seu fazer profissional contribuem mais para o acirramento dos conflitos do que para sua resolução; por outro, também não se pode perder de vista que esse fazer está cheio de fissuras, espaços e possibilidades que podem (e devem) ser explorados por esses profissionais para a construção da paz. Na perspectiva de Giró (2007), um jornalismo realmente preocupado com essa construção deve promover a empatia e a compreensão, bem como mostrar o sofrimento e o prejuízo de todas as partes. Também deve mostrar os erros e falsidades dos grupos dominantes, e não apenas dos dominados. Para tanto, deve dar voz a todos os grupos, ou seja, deve agir sobre a própria estrutura do conflito abordado, tornando o debate acerca dele mais justo e democrático. Afinal, considerando o exposto anteriormente, a paz deve ser buscada através de ações cada vez mais horizontais (Vicente, 2015).

O debate público sobre os confrontos violentos no futebol brasileiro ocorre, todavia, dentro de um universo socialmente estruturado, ou seja, marcado por assimetrias, divisões e diferenças coletivas relativamente estáveis (Thompson, 2000). A distribuição e o acesso às oportunidades e possibilidades de ter voz nos meios de comunicação não são, de maneira nenhuma, iguais para todos os grupos sociais. De acordo com Camilo Aguilera Toro (2004), os torcedores organizados tendem a não ser utilizados como fontes jornalísticas. Por outro lado, as autoridades públicas e policiais não apenas fornecem informações detalhadas sobre esses

confrontos, mas também emitem opiniões e explicações sobre eles. Logicamente que, com isto, se cria uma visão muito parcial deles, que enfatiza somente os problemas das torcidas organizadas e destaca apenas as iniciativas das referidas autoridades para a solução desses problemas – diga-se de passagem, quase todas elas na direção do endurecimento penal.

No entanto, embora tenham muito pouca visibilidade midiática (para não dizer nenhuma), existem iniciativas de aproximação, diálogo e convivência promovidas pelas próprias torcidas organizadas – iniciativas que poderiam ser classificadas como pacíficas, a partir do referencial galtoniano. No final de 2014, por exemplo, foi fundada a Associação Nacional das Torcidas Organizadas (ANATORG), com a finalidade de promover o diálogo entre as torcidas organizadas, bem como entre elas e o Poder Público. No Rio de Janeiro, já existia, há alguns anos, a Federação de Torcidas Organizadas do Rio de Janeiro (FTORJ). Além dessas entidades, destacamos que algumas torcidas organizadas com longo histórico de rivalidade violenta já buscavam estabelecer canais de comunicação e diálogo, tais como as do Ceará e do Fortaleza. Certamente, um jornalismo orientado para a paz cultural deveria mostrar essas iniciativas e não apenas as dos membros das elites, pois é uma forma de humanizar todos os lados, bem como de legitimar estratégias de contenção da violência pessoal que não sejam estruturalmente violentas.

Um jornalismo orientado para a paz cultural também deveria promover a empatia e a compreensão mútua, ao invés de acirrar a confrontação entre as partes através de uma retórica que contrapõe um “nós” contra “eles” (Giró, 2007). Lopes (2012; 2013a) mostra, por exemplo, que o debate público sobre os confrontos violentos no futebol brasileiro tende a criar uma polarização simbólica, com um caráter nitidamente maniqueísta, que estimula o sentimento de medo e aversão em relação aos torcedores organizados e de solidariedade e compaixão em relação a todos os outros. Conforme já sugerimos, os primeiros seriam “vândalos”, “baderneiros”, “vagabundos”, “marginais”, “bandidos organizados”. Enfim, eles seriam a própria encarnação na maldade. Já os segundos seriam suas vítimas potenciais.

Em primeiro lugar, essa polarização simbólica dissimula o fato de a violência (pessoal) contar, conforme observa Alabarces (2012), com consensos no universo do futebol. Evidentemente, nenhuma enquete mostraria isto. Muito provavelmente, se perguntássemos para torcedores de futebol o que eles acham dos confrontos violentos entre torcidas, a grande maioria diria repudiá-los. No entanto, o mesmo torcedor (organizado ou “comum”) que afirma seu repúdio a esses confrontos, muitas vezes, canta, dentro dos estádios, gritos de apologia à violência e vibra quando a Polícia Militar intervém violentamente junto à torcida adversária. Basta ir a uma partida de futebol em qualquer canto do país para ver como a intolerância impera em todos os setores dos estádios – inclusive, nas áreas ditas “nobres”.

Em segundo lugar, a polarização simbólica criada entre torcedores organizados e os demais torcedores não apenas exacerba a diferença entre esses dois grupos de torcedores, como, também, apaga as diferenças entre os primeiros. De acordo com Murad (2007), apenas uma minoria dos torcedores organizados – entre 5 e 7% – se envolve em confrontos violentos. Todavia, as categorias através das quais eles são simbolicamente construídos nos meios de comunicação vinculam todos eles, única e exclusivamente, ao comportamento violento dessa minoria. Consequentemente, toda a coletividade de torcedores organizados é estigmatizada. Em última instância, esse processo de estigmatização serve para legitimar a repressão sobre esses torcedores, configurando-se como uma violência cultural. Não à toa, advoga-se, com frequência, a exclusão das torcidas organizadas dos estádios e, até mesmo, seu fechamento definitivo (Lopes, 2013a).

Um jornalismo orientado para a paz cultural, todavia, não deveria conceber a paz como um “cessar fogo”, em que uma das partes elimina ou domina a outra. Afinal, como já vimos, para Galtung (2003), a paz não se confunde com mera ausência de violência pessoal. A paz, para ser plena (ou “positiva”, em termos galtungianos), não pode alimentar a violência estrutural. Assim, tal jornalismo deveria aproveitar o potencial criativo que nasce dos conflitos entre os diversos atores envolvidos com o espetáculo futebolístico para transformá-los pacificamente. Também deveria valorizar os exemplos de convivência entre contrários e preocupar-se com a reconciliação desses atores (Giró, 2007).

Além disso, ao invés de explorar de forma sensacionalista os confrontos violentos no espetáculo futebolístico, um jornalismo orientado para a paz cultural deveria atuar preventivamente, de modo a se antecipar a eles. Com muita frequência, os meios de comunicação abordam esses confrontos apenas após eles eclodirem. No entanto, melhor seria se eles promovessem um amplo debate sobre o assunto antes e durante a temporada de futebol e mostrassem não apenas aquilo que tem sido feito para reduzir esses confrontos, mas, também, apontassem para novas possibilidades de abordagem do problema. Com isso, o público teria um diagnóstico mais preciso da situação e, bem informado, poderia pressionar os responsáveis pela organização do espetáculo futebolístico para elaborarem medidas mais justas, democráticas e eficazes.

Por último, tal jornalismo não deveria perder de vista que os confrontos em questão possuem uma história. Por esta razão, para que se possa fazer uma leitura crítica do seu estado atual, é preciso que eles sejam devidamente contextualizados (Vicente, 2015). É preciso que, na medida do possível, sejam apresentadas e discutidas suas condições sociais, históricas e culturais. Caso contrário, teremos uma imagem muito superficial deles. Imagem que, ao passar

por cima dessas condições, pode, equivocadamente, sugerir que eles são irracionais. Na verdade, é justamente porque eles possuem suas razões de ser que podem ser explicados e transformados.

### **Considerações finais**

Neste texto, buscamos discutir em que medida e como os meios de comunicação de massa podem contribuir para a construção da convivência pacífica no espetáculo futebolístico. Para tanto, apoiamos-nos na noção de paz de Galtung, que prevê, entre outras coisas, que a violência pessoal não deve ser buscada através da violência estrutural. Consequentemente, conforme defendemos ao longo do texto, é preciso garantir a pluralidade dos pontos de vista na cobertura dos conflitos existentes no referido espetáculo. Todavia, para que se garanta essa pluralidade, é preciso intervir na própria estrutura do campo jornalístico. Desta forma, finalizamos este texto advogando a necessidade de promover, através de mecanismos legais, uma estrutura institucional que garanta a existência de uma pluralidade de organizações independentes da mídia. Afinal, conforme observa John B. Thompson (2000), um Estado autoritário não é a única ameaça à liberdade de expressão, mas, também, um mercado desregulado, que não impede a formação de conglomerados em larga escala e não incentiva o estabelecimento das referidas organizações.

Também consideramos que não podemos perder de vista a necessidade de educar, desde a infância, os receptores da mídia, a fim de promover, permanentemente, a reflexão crítica sobre as imagens e ideias que ela veicula, uma vez que essas imagens e ideias são utilizadas, com frequência, por políticos e autoridades públicas em geral para justificar a violência direta e estrutural contra grupos habitualmente excluídos das posições de poder. Afinal, elas contribuem, muitas vezes, para desumanizar esses grupos, tornando os receptores da mídia insensíveis aos seus problemas e demandas. Conforme observa Alfred L McAlister (apud. Wainberg, 2014: 152), “[...] as pessoas, ao tornarem moralmente insensíveis ou desengajadas, tornam-se capazes de ferir outras mais facilmente”, isto é, tornam-se mais propensas a banalizar o mal. E, como diversos episódios históricos já nos mostraram, as consequências desse tipo de banalização são o terrorismo e o genocídio.



## Referências

ALABARCES, Pablo. **Crónicas del aguante: fútbol, violencia y política**. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2012.

ALVITO, Marcos. “A madeira da lei: gerir ou gerar a violência nos estádios brasileiros”. In: HOLLANDA, Bernardo Buarque Borges de; REIS, Heloisa Helena Baldy dos. **Hooliganismo e Copa do Mundo de 2014**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014, pp. 21-36.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CANALE, Vitor S. **Torcidas organizadas e seus jovens torcedores: diversidades e normativas do torcer**. 2012. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

DUNNING, Eric. **Sociologia do esporte e os processos civilizatórios**. São Paulo: Annablume, 2014.

DUNNING, Eric; MURPHY, Patrick; WILLIAMS, John. “Spectator violence at football matches: towards a sociological explanations”. In: ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **Quest for excitement: sport and leisure in the civilizing process**. Cambridge: Blackwell, 1993, pp. 245-266.

DWERTMANN, Hubert; RIGAER, Bero. Football hooliganism in Germany: a developmental sociological study. In: DUNNING, Eric.; MURPHY, Patrick.; WADDINGTON, Ivan; ASTRINAKIS, Antonios E. (Editors). **Fighting fans: football hooliganism as a world phenomenon**. Dublin: University College Dublin Press, 2002, pp. 75-87.

GALTUNG, Johan. **Sobre la paz**. Barcelona: Editorial Fontamara, 1969/1985.

\_\_\_\_\_. “Cultural Violence”. **Journal of Peace Research**, London, v. 27, n. 3, p. 291-305, 1990. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/423472?seq=3>. Acesso em 04 Junho 2013.

\_\_\_\_\_. **Paz por medios pacífico: paz y conflicto, desarrollo y civilización**.

Bilbao: Bakeaz; Bilbao: Gernika Gogoratuz, 1996/2003.

GIRÓ, Xavier. “Enfoques analíticos críticos sobre el discurso de la cobertura informativa de conflictos”. In: TELLESCHI, Tiziano; SANDOVAL, Forero, ANDRÉS, Eduardo. (Coord.). **Espacio y tiempo en la globalización: una visión de la transparencia en la información**.

Toluca: Universita' di Pisa y Comisión Estatal para el Acceso a la Información Pública del Estado de Sinaloa, 2007, pp. 199-220.

GIULIANOTTI, Richard. **Sociologia do futebol: dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões**. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

HOLLANDA, Bernardo Buarque Borges de. **O clube como vontade e representação: o jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

\_\_\_\_\_. “O fim do Estádio-nação? Notas sobre a construção e remodelagem do Maracanã para a Copa de 2014”. In: CAMPOS, Flávio; ALFONSI, Daniela. (Org.). **Futebol objeto**. São Paulo: Leya, 2014, pp. 321-348.

LOPES, Felipe Tavares Paes. **Discursos sobre violência envolvendo torcedores de futebol: ideologia e crítica na construção de um problema social**. 2012. 589 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

\_\_\_\_\_. “Dimensões ideológicas do debate público sobre acerca da violência no futebol brasileiro”. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 27, n. 4, 2013a, pp. 597-612.

\_\_\_\_\_. “Os conceitos de paz e violência cultural: contribuições e limitas da obra de Johan Galtung para a análise de conflitos violentos”. **“Athenea Digital”**. vol. 13, n. 2, 2013b, pp. 169-177.

MURAD, Mauricio. **A violência e o futebol: dos estudos clássicos aos dias de hoje**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

\_\_\_\_\_. Práticas de violência e mortes de torcedores no futebol brasileiro. **“Revista USP”**. n. 99, 2013, pp. 139-152.

MURPHY, Patrick; WILLIAMS, John; DUNNING, Eric. **O futebol no banco dos réus**. Oeiras: Celta, 1994.

PALHARES, Marcelo Fadori Soares. **Violência no futebol brasileiro: os discursos de torcedores organizados**. 284 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2014.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; ALMEIDA, Guilherme Assis. **Violência urbana**. São Paulo: PubliFolha, 2003.

PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. **Torcidas organizadas de futebol: violência e auto-afirmação. Aspectos da construção das novas relações sociais**. Taubaté: Vogal, 1997.

REIS, Heloisa Helena Baldy dos. **Futebol e violência**. Campinas, SP : Armazém do Ipê (Autores Associados), 2006.

ROSEMBERG, Fúlvia; ANDRADE, Marcelo. “Infância na mídia brasileira e ideologia”. In: JACÓ-VILELA Ana Maria; SATO, Leny. (Org.). **Diálogos em Psicologia Social**. Porto Alegre: Evangraf, 2007, pp. 257-274.

- SANTOS, Tarcyanie Cajueiro. **Dos espetáculos de massa às torcidas organizadas: paixão, rito e magia no futebol.** São Paulo: Annablume, 2004.
- TEIXEIRA, Rosana da Câmara. **Os perigos da paixão:** visitando jovens torcidas cariocas. São Paulo: Annablume, 2004.
- THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna:** teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- TOLEDO, Luiz Henrique de. **Torcidas organizadas de futebol.** Campinas: Autores Associados; Campinas: Anpocs, 1996.
- TORO, Camilo Aguilera. **O espectador como espetáculo:** notícias das Torcidas Organizadas na Folha de S. Paulo (1970-2004). 2004. 150 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder.** São Paulo: Contexto, 2008.
- VICENTE, Maximiliano Martín. “Comunicación y paz activa: un diálogo posible”. **INTERCOM – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação.** São Paulo, v. 38, n. 1, jan/jun de 2015, pp. 275-292.
- WAINBERG, Jacques A. **Mídia e terror:** comunicação e violência política. São Paulo: Paulus, 2005.
- WOLFSFELD, Gadi. **Media and the Path to Peace.** Cambridge University Press, 2004.